

## O SINDICALISMO NO BRASIL E O CONFRONTO OPERÁRIO DE 1978 À 1981: A QUESTÃO DA CENTRAL ÚNICA

O objetivo deste artigo é analisar a questão da disputa em torno da ideia de uma organização nacional de coordenação e articulação dos trabalhadores. O recorte temporal demarca os anos de 1978 à 1981, início das ações de protesto dos metalúrgicos no ABC Paulista e da realização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, sucessivamente. Tal objetivo se insere no contexto mais amplo da pesquisa de mestrado em andamento em que verso sobre as tradições de luta que se forjaram no movimento sindical brasileiro a partir da experiência grevista no ABC, particularmente, nas ações de protesto e de organização do operariado metalúrgico dessa localidade.

Nossa análise parte dos estudos sobre a invenção das tradições de Eric Hobsbawn. Segundo o autor, as tradições inventadas “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória” (HOBSBAWM, 1984, p. 10). O objetivo e a característica principal das tradições é a invariabilidade. Ou seja, para o autor, carregam consigo o caráter de fixar formas menos maleáveis no que diz respeito a aspectos da vida social. Seria uma forma de reação as rápidas transformações de padrões sociais ligados as “velhas tradições”, havendo uma forte utilização de elementos de continuidade com o passado na elaboração de novas tradições. “Toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão”( HOBSBAWM, 1984, p. 22). Porém, “a história prega peças a todas as formas rígidas e às rotinas fixas. Surgem todos os gêneros de desenvolvimentos paradoxais que confundem e deixam perplexas as mentes limitadas formalizadas” (NOVACK, 1968, s/p)<sup>1</sup>. Nos utilizaremos também dos estudos de George Rudé sobre o protesto popular, em especial do conceito de *ideologia de protesto*.

O trabalho está dividido em três partes que apresentaram o período anterior as greves do abc, compreendido como o período do acúmulo de forças. Uma segunda parte, apresenta as características das greves de 1978 à 1980. Na terceira parte, apresentaremos a questão da

---

<sup>1</sup> Para complementar: “Compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política, e também porque a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva. Além de mobilizações progressistas e revolucionárias, os dominados podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias. Disso decorre que a relação entre classes – certas reivindicações e determinadas formas de ação coletiva (ou, dito de outro modo, a relação entre base e plataforma política) – requer considerar não apenas sua determinação estrutural, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, de modo a articular estrutura e conjuntura a fim de explicar por que e em que sentido as classes agem. Nesse sentido, os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais”. GALVÃO, A., *Marxismo e Movimentos Sociais in: Crítica Marxista*, n.32, 2011, p. 112.

central única nos debates anteriores e durante a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.

## **O ACUMULO DE FORÇAS**

A bibliografia sobre o tema das greves operárias no ABC no final da década de 1970 e início de 1980 é extensa e traz uma gama variada de interpretações sobre os motivos, o desenrolar e as consequências das ações de protesto no período. Buscaremos apresentar as características mais gerais da bibliografia sobre o tema e suas diferentes interpretações. Assim, conseguiremos construir uma cartografia mais elaborada de caracterização das greves de 1978 à 1980. Além disso, em nossa análise, estarão presentes as diferentes concepções das frações políticas em movimento durante o período e suas respectivas visões sobre.

Um dos consensos sobre o movimento grevista no ABC paulista é a de que, nesse momento, se gestou a hegemonia política que guiaria o sindicalismo e a esquerda durante toda a década de 1980, deixando rastros de continuidade até os dias mais atuais. Como não é de nossa intenção apresentar uma relação entre aqueles eventos e os dias de hoje, concordamos que,

o movimento iniciado no ABC, e logo expandido para outros centros nos anos seguintes, trará uma perspectiva de debate acerca da história e do futuro do movimento sindical no Brasil. Os blocos que se formam, a partir da associação de grupos díspares, travarão disputas e debates que terão, a nosso ver, lastro nos embates pela hegemonia do movimento de esquerda político e sindical em nosso país (SANTANA, 2001, p. 181)

Após 1968, ano das greves de Contagem e Osasco e do momento de maior recrudescimento do regime após a publicação do Ato Institucional Nº5, muitas das forças sociais que antes estavam ligadas ao movimento operário, ou optaram pela luta armada, ou foram para o exílio e muitos foram eliminados pelos órgãos de repressão e tortura do regime. O esfacelamento dos agentes do movimento operário do mundo sindical e a alto grau de controle e intervenção sobre os sindicatos colocou o movimento sob um forte refluxo, ao mesmo tempo que ampliava a sua importância como uma das ferramentas do regime para a construção de uma coesão social.

O aparelho sindical torna-se então instrumento de coerção e de desmobilização das pautas mais sensíveis a classe trabalhadora. Segundo o Regime, as direções sindicais, em grande maioria indicadas e outorgadas pelos militares no poder, deveriam conciliar a relação capital x trabalho, ou, em suma, deveriam atender ao interesses de desenvolvimento nacional

facilitando a aplicação da política salarial e da superexploração do trabalho. Ao passo que o “milagre” conseguia manter elevadas as taxas de desenvolvimento, as entidades sindicais conseguiam manter a classe trabalhadora sob controle. O que começa mudar após 1973/1974 com o declínio do projeto de desenvolvimento do regime e que, aos poucos, começa a tornar inoperante uma política sindical que angariasse conquistas palpáveis para os trabalhadores (BRANT, 1980). O ano de 1975 é fundamental para a retomada de forças do sindicalismo que eclodiria no início do ciclo de greve em 1978.

“reiniciaram-se as articulações das cúpulas sindicais e emergiram pequenos movimentos espontâneos de descontentamento. Tais ações consistiram em ‘quebra-quebras’ de ônibus e trens, forma espasmódica e selvagem de revolta; ou, então, no interior das fábricas, a ocorrência intermitente das chamadas “pequenas lutas difíceis” (operação-tartaruga, paralisação localizada, etc.). Aos poucos o movimento operário foi acumulando forças e ensaiando formas de organização” (FREDERICO, 2010)

Nesse contexto começam a despontar pequenas ações localizadas em algumas empresas e setores, algumas ações de protesto. Fato é que, apesar da ausência de um movimento operário de massas, trabalhadores descontentes com as condições materiais de vida rompiam o silêncio da ditadura para demonstrar sua insatisfação. O local dessas ações de protesto se localizam no interior das fábricas, não extrapolando-as. Essas lutas, mesmo que isoladas e fragmentadas, em certa medida, serviram para consolidar dentro da fábrica uma solidariedade entre os operários. A fábrica tornava-se o epicentro da política operária nesses anos.

Os anos 1970 também marcam na cena política o aparecimento de novos atores que surgiam em meio as brechas do próprio regime. Cabe destaque para a Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Bases e sua reorientação, principalmente na América Latina. A importância da igreja na defesa das ações de protesto popular dá-se pela força social da qual a igreja gozava e pelo seu poder de barganha e denúncia ao regime. Não poucas vezes, oferecendo a estrutura material para a luta. Por meio de movimentos localizados nas periferias e tendo como objetivo a organização em movimentos que visavam as lutas ligadas ao cotidiano dessas localidades, consolidava-se assim a alternativa de um trabalho de base junto aos trabalhadores no bairro que, revertia-se na própria consciência da necessidade de organização dentro da fábrica.

Ao mesmo tempo, uma leva de novos dirigentes sindicais irrompe das mesmas brechas do regime. Pela origem direta do mundo do trabalho, sem ligação direta com as forças janguistas e comunistas do pré-64 ou com as organizações clandestinas ou semi-clandestinas que se formaram no pós-64, essa geração emergiu dentro da estrutura sindical de forma quase imperceptível para os órgãos de controle sindical do regime. Dois pontos são de suma importância para a retomada das greves de massa e a reorganização do movimento sindical:

a) A campanha salarial de 1977: Um relatório do Banco Mundial de agosto de 1977 anunciava que em 1973 o governo havia alterado os dados oficiais com relação a inflação no Brasil. Os 15,4% anunciados na época na verdade seriam 23,5%. O DIEESE contestando o relatório apresenta um novo relatório apontando que a perda salarial dos metalúrgicos naquele ano havia sido de 34,1%. Pela reposição das perdas salariais, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo inicia uma campanha salarial. A campanha salarial com a realização de assembleias e pressão sobre as empresas para um dissídio coletivo. Além, estabelecem uma forte campanha política pela redução da jornada de trabalho, isonomia salarial e o direito de greve. A criação dos grupos de fábrica para promover a campanha salarial cumprem papel essencial.

b) O V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais em 1978 e a organização dos Encontros posteriores: Esses eventos são um marco na ampliação da crescente luta pela liberdade sindical durante a década de 1970, assim como as primeiras críticas abertas ao regime e suas políticas para os trabalhadores. Marca a aproximação e unidade de diferentes setores até então dispersos, assim como as fraturas que marcariam a divisão do movimento sindical brasileiro posteriormente.

Os anos seguintes aos do acúmulo de força alterariam o quadro das ações de protesto.

### **O CICLO DE GREVES 1978-1980**

A tabela abaixo, além de apresentar o número de greves realizadas no Brasil durante o triênio 1978-1980, demonstra a retomada das ações de protesto em sua forma greve no Brasil. A análise do número de greves no período do acúmulo de forças tanto quanto no ciclo de greves em que analisamos deve ser relativizado por dois motivos: a) É sempre necessário lembrar que o período em que analisamos estava sob a égide da censura, portanto, não há uma possibilidade de afirmar com total certeza o número de greves, principalmente no período anterior a 1978; b) Ainda hoje no Brasil, mesmo com o esforço de diferentes pesquisadores em criar um banco de dados relativos ao protesto popular no Brasil, suas sistematizações

encontram-se em processo de construção, ou seja, ainda com um deficit de informações<sup>2</sup>. Contudo, como sugere-se, de ações de protesto localizadas e fragmentadas, a partir de 1978 há uma retomada da greve como instrumento central de luta da classe trabalhadora brasileira.

### ***GREVES NO BRASIL (1978-1980)***<sup>3</sup>

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE GREVES</b>
1978	118
1979	246
1980	144

Fonte: Noronha, E. “Greve e estratégias sindicais no Brasil”. In *O mundo do trabalho*, p. 331

Se nos anos do acúmulo de força as características principais das ações de descontentamento e revolta eram fragmentadas, localizadas dentro de seções de empresas e espasmódicas, os anos seguintes trariam uma outra configuração para as ações de protesto no Brasil e, principalmente, no ABC paulista.

Com a recusa das negociações relativas as perdas salariais que haviam sido levantadas no ano de 1977 pela campanha salarial e o crescente descontentamento dos operários com a queda contínua nas condições de vida, no final de março alguns setores da Mercedes-Benz paralisaram as atividades por conta da negativa do aumento salarial que a empresa costumava conceder. O saldo da paralisação foi a demissão de 17 funcionários da empresa.

Porém, no dia 12 de maio, com a concessão do reajuste menor que o índice oficial, de 39%, os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve. Essa greve surgiu da ação dos trabalhadores dentro da fábrica que, na troca de turnos, paralisaram as atividades, cruzando os braços e parando as máquinas. A exigência era de 20% de aumento. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (Sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva) foi pega de surpresa. Tratava-se de uma situação nova em que, os trabalhadores da fábrica forçavam uma negociação sem o respaldo prévio do sindicato. A bibliografia sobre o tema aponta essa greve como uma ação de “espontaneidade” dos trabalhadores. Discordamos em termos de tal tese, que será alvo de análise mais adiante.

Em suma;

---

<sup>2</sup> Aqui destacamos a pesquisa *Acompanhamento das greves no Brasil* realizada pelo NEPP/UNICAMP, o Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE e as contribuições de NORONHA (1992;1994) e SOUZA (2011)

<sup>3</sup> Essa tabela não apresenta questões fundamentais para a compreensão das greves mencionadas como: a) a hora de jornadas não trabalhadas; b) a efetiva participação dos trabalhadores nas greves; c) a forma da greve; d) os instrumentos de lutas utilizados na greve.

“A greve de 1978 foi a primeira resposta operária coletiva aos longos anos de arrocho. A resistência nas indústrias, que vinha se processando durante toda a década de 1970, teve nas denúncias de manipulação salarial levantadas pela grande imprensa um acontecimento capaz de potencializar a revolta operária. A deflagração da greve, sem uma liderança, sem preparo, sem piquetes, sem a presença coordenadora do sindicato, é um fenômeno único em nossa história social. Os operários limitaram-se a cruzar os braços diante das máquinas e permaneceram nessa posição silenciosa de recusa e rebeldia” (FREDERICO, 2010, p. 206)

Após a eclosão da greve na Scania, as mesmas estenderam-se por outras empresas. Ford, Volkswagen, Chrysler, Villares, Brastemp, Pirelli, Cofap, Philips, Otis, General Electric e outras empresas de médio e pequeno porte também tiveram ocorrência de paralisações, greves parciais, e outras formas de protesto. Com a intenção agitação das classes trabalhadores no ABC e o grau de organização dos trabalhadores dentro das fábricas “esse movimento significou o passo fundamental para a retomada do movimento operário e sindical brasileiro na cena política mais geral” (SANTANA, 2001, p. 184).

A greve de 1978 foi vista pelo PCB como um importante acontecimento da vida política brasileira, capaz não só de ampliar a luta contra a ditadura como também de dar a ela um conteúdo social mais avançado. Daí a preocupação em tirar do isolamento o movimento espontâneo dos trabalhadores e ligá-lo à luta mais ampla travada contra o regime militar.

Contrariamente a ele, outros grupos de esquerda que atuavam nas diversas oposições sindicais viram na greve uma manifestação operária que deveria – sob pena de descaracterização ideológica – permanecer autônoma em relação à frente antiditadura, visto ser esta hegemônica pelos setores liberais” (FREDERICO, 2010, p. 207)

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assume as negociações. Todos os aumentos conquistados pelos trabalhadores nas negociações realizadas pelo sindicato com as empresas e seus representantes não foram atendidos nos dissídios coletivos posteriores.

Do ponto visto material, a greve sofreu dura derrota ao não conseguir as conquistas econômicas, mas deixou um saldo organizativo extremamente positivo e criou uma nova força política que acabará de conscientizar-se do seu poder como agente de transformação da própria realidade. Mas também demonstrou a impossibilidade de uma resolução para a questão dos reajustes salariais nas negociações por empresas e, em 1979, a partir dos 13 dias de maio, os trabalhadores do abc cruzam os braços e voltam à greve, mas,

Diferentemente do ano anterior, os sindicatos de São Bernardo e Santo André realizaram um longo trabalho de preparação da categoria para a greve, através da criação de comissões salariais que orientaram a formação dos piquetes (FREDERICO, 2010, p. 208)

Já preparados para a situação que viria o empresariado das indústrias presente no ABC se anteveram de forma cautelosa a tentar romper a unidade de luta dos trabalhadores. A intenção repressiva e a sistemática intervenção nos sindicatos deslocaram o confronto antes focalizado no parque industrial para os locais públicos da região. Trariam para si a imagem que fora roubada após o cerceamento aos atos públicos e massivos de contestação do regime.

A liderança sindical preparou cuidadosamente a greve. Entre a base operária e a liderança formou-se um comando de greve com 16 operários, um escalão intermediário com 45, e mais a comissão de salários e mobilização, totalizando 446 trabalhadores. Além disso, a liderança contava com o respaldo de um fundo de greve, há um ano em funcionamento (FREDERICO, 2010, p. 210)

O saldo da greve foi um reajuste salarial parcialmente vantajoso e a retomada do sindicato após a intervenção federal. Os trabalhadores saíram da greve com duas constatações: a) consolidavam em sua memória social a concepção de que a greve era o instrumento capaz de fazer frente ao patronato e suas instituições; b) a organização sindical e nos locais de trabalho era o meio pelo qual conseguiriam estabelecer um avanço qualitativo em suas ações de protesto.

A greve que se iniciou no primeiro dia de abril de 1980, continuou o processo de organização e ampliação das ações de protesto no ABC sendo caracterizada na bibliografia como uma greve de massas. No estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo as assembleias chegavam a reunir cerca de 100 mil operários que decidiam os rumos futuros do movimento grevista. Essas assembleias tinham caráter plebiscitário e a direção do sindicato colocava em prática as decisões tomadas (FREDERICO, 2010).

A greve significou a clara disposição de ampliar as experiências para o conjunto do movimento operário brasileiro. A radicalidade com que as greves haviam tomado a cena política, também trouxe a diferenciação entre aqueles que a frente ou pela base, disputavam as concepções de organização e luta sindical no período, “a estratégia de confronto, adotada pelo sindicalismo ativo, tinha uma clara dimensão identificante que não pode ser minimizada” (ALMEIDA, 1996, p. 49).

Mesmo que linhas diferenciadas fossem concretizadas no movimento sindical havia algum tempo, é nesse período que começam a se

consolidar identificações, formando blocos de posições que irão definir o quadro do movimento dos trabalhadores brasileiros na entrada e ao longo da década que se inicia (SANTANA, 2001, p. 194)

Esses blocos não podem ser compreendidos como blocos homogêneos da qual todos os agentes tinham as mesmas bases. Apresentaremos a partir de sua caracterização, sem generalizações abstratas.

1.a) O bloco dos sindicalistas “autênticos”;

Composto por sindicalistas que de dentro das estruturas dos sindicatos oficiais, haviam tomado uma postura intransigente de combate as normas de funcionamento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Não tinham uma caracterização clara política e ideologicamente, atuavam diretamente pelo sindicato como instrumento político.

1.b) As oposições sindicais;

Reunia militantes, de concepções políticas diferentes, em torno da oposição as direções sindicais que eram consideradas como entrave a luta dos trabalhadores. Tinham como base a ação direta e a rejeição a democracia representativa. Defendiam a organização dos trabalhadores pelos comitês de fábrica e órgãos diretos de decisão (RODRIGUES, 1991).

1.c) Setores da Igreja Católica que durante toda a década de 1970 haviam aprofundado a sua política de colaboração com os movimentos sociais e com o sindicalismo através das ações pastorais nas Comunidades Eclesiais de Base.

Esse bloco, nem sempre coerente e coeso e com divergências a serem levadas em consideração de forma mais atenta, foi consolidando-se, sob a denominação de bloco dos *Combativos*.

2) Paralelamente, o bloco que viria a ser a Unidade Sindical era formado majoritariamente pelas frações herdeiras do sindicalismo populista da década de 1950. Esse bloco era composto em sua forma majoritária por lideranças tradicionais do movimento sindical e da esquerda como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Queriam consolidar por meio do movimento operário mais uma frente na luta geral pela redemocratização e contra a ditadura.

E apesar da unidade que havia se conformado na luta, na retomada do sindicalismo enquanto agente política com força social no contexto, “será nos preparativos e na realização da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), que a cristalização do movimento sindical em dois blocos distintos encontrara um importante marco”



(SANTANA, 2001, p. 221) e, entre as diferenças nas concepções dos blocos, a questão de uma organização nacional de coordenação das lutas do mundo operário tiveram papel significativo.

## A QUESTÃO DA CENTRAL ÚNICA

(...) os assalariados das diversas categorias que, através da sindicalização e da organização nos locais de trabalho, fortaleçam seus sindicatos, os quais, no processo de luta pela conquista da autonomia e liberdade sindicais, deverão ser coordenados por uma Central Única dos Trabalhadores (Carta de Gragoatá)

A Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), realizada em agosto de 1981, na cidade Praia Grande, litoral do Estado de São Paulo é resultado da intensa agitação por parte das classes trabalhadoras em todo o Brasil. Esta Conferência geralmente é compreendida como um esforço de diferentes tendências do movimento sindical e popular de unir forças para a criação de organismos centrais de representação dos trabalhadores (RODRIGUES, 2009).

Foi durante o processo que acentuaram-se as diferenças. Alguns fatores foram determinantes. A relação do movimento com a estrutura oficial e a relação com as Oposições Sindicais e setores dos movimentos populares. A aproximação entre *autênticos* e *oposições sindicais* determinou a distinção definitiva entre os blocos em sua organização política (SANTANA, 1998).

*Autênticos* e *Oposições* em suma, apesar das distinções entre si, carregavam em comum o posicionamento contrário ao setor que capitanearia na Unidade Sindical. Caracterizavam esse grupo como reformistas e, ou, neopelegos (ZANETTI, 1993). Segundo sua visão, fortaleciam os organismos de colaboração de classes e freavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores. Muitas dessas críticas tinham como fundamento a atuação sindical no pré-64.

Nos encontros intersindicais que antecederam à formação da central, em especial na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a Conclat de 1981, as lideranças que viriam a formar a CUT tiveram como adversários, mesmo no campo das forças que se opunham à ditadura, os militantes ligados às organizações da esquerda tradicional (PCB, PCdoB e MR-8) que, juntamente com alguns pelegos que procuravam apresentar-se como ‘modernos’, (...) formavam a corrente identificada como ‘unidade sindical’. Defendendo que a superação política da ditadura, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, era prioritária em relação às reivindicações econômicas dos trabalhadores, pregavam uma contenção da ação sindical e procuraram adiar ao máximo o surgimento da CUT. Como forma de organização, defendiam uma

central de direções sindicais, enquanto a palavra de ordem dos que fundaram a CUT era “Construir a CUT pela base (MATTOS, 2009, p. 123-124)

O bloco da Unidade Sindical nesse momento buscava consolidar uma posição nacional de luta pela redemocratização. Essa posição, dialeticamente, serviu como base para a constituição de um bloco alternativo.

O PCB não seria identificado, imediatamente, como o “partido da classe operária”. Se em outros períodos o PCB desfrutou dessa condição, servindo como canal das perspectivas dos trabalhadores, agora seria diferente. A sociedade brasileira saía bastante transformada do longo túnel da ditadura. (SANTANA, 2001, p. 187)

A década de 1970 fora marcada pela eclosão de uma série de novos movimentos sociais protagonizados pelos próprios trabalhadores fora dos locais de trabalho. Esses novos movimentos sociais tinham como objeto o cotidiano do trabalhador.

Esse novo ethos resultara da confluência de dois movimentos ideológicos. (...) implicara o esforço, empreendido pelos intelectuais oposicionistas, de passar a limpo a experiência populista, o ideário nacionalista e a tradição da esquerda de inspiração marxista (ALMEIDA, 1996, p.154)

Constituíam-se assim uma alternativa de pensamento a até então hegemônica política da aliança estratégica de classes em um momento em que, os trabalhadores, por sua própria experiência, aprendiam que, o caminho por meio da frente ampla trouxera uma série de prejuízos históricos. Acolhiam a ideia da luta pela base e da frente social que não incluía uma aliança com as camadas do campo político liberal e assim, consolidavam uma nova experiência político-social.

## **CONCLUSÕES**

No bojo das lutas gestadas no ABC paulista, surgem uma série de experiências no campo sindical em suas formas de organização e ação. Busquei então compreender o debate político entre 1978 e 1981 e como se constituiu o embate entre as diferentes proposições para uma organização central dos trabalhadores assim como a ruptura entre as duas principais frações, que hoje conhecemos como o “Novo Sindicalismo” e “Unidade Sindical”. A análise das contradições que se efetivam na fratura da frágil unidade sindical brasileira que se constituía no final dos anos 1970 é de fundamental importância. Um dos pilares de nossa

análise reside na constatação de que, a proposição de uma organização central de articulação e organização das massas trabalhadoras se constituiu em torno da política mais ampla em um momento de aberta/distensão do regime militar. A questão da frente ampla antiditadura versus uma política operária de base foi o principal embate do mundo operário no momento. Dessa disputa, o sindicalismo brasileiro sairia transformado. A até então hegemonia da política de aliança de classes para um projeto nacional, seria transformado em uma política operária de base. Em nosso entendimento, é nessa fratura que reside a *ideologia de protesto*<sup>4</sup> e que guiou a luta dos trabalhadores no período.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. H. T.** *Crise econômica e interesses organizados*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRANT, V.** *Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo*. In: BRANT, V.; DE CAMARGO, C. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FREDERICO, C.** *A imprensa de esquerda e o movimento operário 1964-1984*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GALVÃO, A.** *Marxismo e Movimentos Sociais in: Crítica Marxista*, n.32, 2011
- HOBSBAWN, E.** *A invenção das tradições*. In: HOBSBAWN, E; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
- MATTOS, M. B.** *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- NORONHA, E.** *Mundo do Trabalho: crise e mudança no fim do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- NOVACK, G.** *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm>
- RODRIGUES, L. M.** *As tendências políticas nas formações das centrais*. In: BOITO JR, A. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, L. M.** *CUT: Os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- RUDE, G.** *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
- SANTANA, M. A.** *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001
- SOUZA, D. C. C.** *Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000 in: Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, 2010

---

<sup>4</sup> “uma gama de crenças e ideias que sublinham a ação política e social (...) ideias generalizadas baseadas na lembrança das lutas passadas a que Marx e Engels, escrevendo em ocasiões diferentes, deram simplesmente o nome de teoria” (RUDE, 1982, p.150). Para Rude, a ideologia de protesto se constitui na relação entre a ideologia inerente e a ideologia derivada, consolidando assim formas singulares na ação de protesto.